

Superior Tribunal de Justiça

AgInt nos EDcl na AÇÃO RESCISÓRIA Nº 5.559 - DF (2015/0030672-1)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE : UNIÃO
AGRAVADO : ASSOCIACAO NACIONAL DOS SERVIDORES DA JUSTICA
DO TRABALHO
ADVOGADO : MARLÚCIO LUSTOSA BONFIM - DF016619

EMENTA

ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA AÇÃO RESCISÓRIA. ART. 485, V DO CPC/1973. VIOLAÇÃO LITERAL DE DISPOSITIVO DE LEI NÃO CONFIGURADA. EMBARGOS INFRINGENTES. ART. 530 DO CPC/1973. DISCUSSÃO SOBRE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NO STJ. VERBA SUCUMBENCIAL QUE DEVE FICAR A CARGO DA UNIÃO, DIANTE DA IMPROCEDÊNCIA DA RESCISÓRIA. AGRAVO INTERNO DA UNIÃO DESPROVIDO.

1. No caso, não há que se falar que o provimento da Reclamação 14.872/DF afastaria a obrigação da UNIÃO de arcar com os ônus sucumbenciais na presente Ação Rescisória, uma vez que a mesma foi julgada improcedente por questão processual diversa da debatida na Reclamação derivada da ação principal. Ressalte-se, outrossim, que a tese sustentada pela UNIÃO, nesta via, não encontra qualquer amparo na jurisprudência dessa Corte.

2. Vale salientar que, quando foi julgada a Reclamação 14.872/DF pelo STF, os réus desta Rescisória já haviam oferecido sua contestação, tendo se instaurado o contraditório.

3. Agravo Interno da UNIÃO desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, negar provimento ao Agravo Interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Og Fernandes, Mauro Campbell Marques, Assusete Magalhães, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa, Gurgel de Faria e Herman Benjamin votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Francisco Falcão.

Brasília/DF, 27 de novembro de 2019 (Data do Julgamento).

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

